

ANÁLISE DO DISCURSO, ARGUMENTAÇÃO E ENSINO

Rui Alexandre Grácio

«O indiscutível tende sempre a reformar-se em detrimento do discutível, o que se compreende, pois não se poderia pôr em causa tudo e mais alguma coisa sob qualquer pretexto. Mas também é verdade que todo o progresso se joga na fronteira do indiscutível com o discutível e efetua-se pondo em discussão o indiscutível. (...) Necessitamos de pensamentos, não só daqueles com quem estamos de acordo, não só daqueles com quem estamos em desacordo, mas também daqueles com quem estamos em total desacordo» (MORIN, 1999, p. 156).

1. Análise do discurso, argumentatividade e argumentação

As relações entre análise do discurso e argumentação são complexas: por um lado, a argumentatividade cai sob a alçada da análise do discurso, porquanto naquela há processos linguístico-discursivos a explicitar, estratégias comunicativas a captar e toda uma série de questões de sentido cuja orientação é importante mapear, saber ler e explicitar; por outro lado, o analista do discurso não é um observador neutro: ele fala, discorre sobre o discurso, interpreta, fundamenta recorrendo à materialidade textual, aos «observáveis» (AMOSSY, 2018, §50), à sua bagagem pessoal... enfim, ele argumenta¹. Deste perspectiva, mais do que afirmar que a argumentação é «um ramo da análise do discurso» (AMOSSY, 2016, p. 246) talvez fosse também ajustado dizer que a análise do discurso é uma das modalidades das práticas retórico-argumentativas.

É certo que, não raras vezes, vestimos a pele de analistas para nos legitimarmos com uma aura de suposta imparcialidade enquanto argumentadores. Apelamos e gozamos assim de uma autoridade institucionalmente validada por práticas disciplinares correntes ou, se não for o caso, fazemos, por exemplo, apelo ao que Perelman designou como

¹ Pelo menos se aceitarmos o ponto de vista teórico de Amossy, segundo a qual todo o discurso tem uma «dimensão argumentativa».

auditório universal². Mas, de uma forma geral, a argumentação enquanto posicionamento perspectivado surge, frequentemente, como a recalcada da análise³ e, ao recorrer-se à etiqueta da «mera análise», procede-se como um hermeneuta-mor sem todavia o ter de assumir⁴.

É por isso importante voltar a frisar que, quando apresenta as suas análises, o analista não pode ser dissociado do estatuto de argumentador (e um argumentador é alguém que pensa e assume posicionamentos a partir de uma perspectiva em detrimento de outras), facto que tem consequências importantes, tanto a nível teórico, como a nível pedagógico.

Se pensarmos, por exemplo, numa situação de sala de aula, mesmo que possamos conceder que, dada a sua posição de autoridade legítima, o professor possa proceder como um hermeneuta-mor no sentido de produzir juízos de última instância, estes juízos nunca devem comportar uma visão dogmática do saber nem serem redutores quanto aos modos de produção das significações, antes devem ser feitos num espírito pluralista assente em argumentos plausíveis e pressupostos preferenciais explícitos (ou explicitáveis).

Seja como for, é importante reconhecer que existe uma interdependência entre as competências de leitura do analista do discurso e as competências do argumentador (o qual pode ocupar, numa mesma interação, os papéis de proponente, oponente e questionador). Essa complementaridade é, aliás, consonante com a definição de argumentação que propus como «disciplina crítica de leitura e interação entre as perspetivas inerentes à discursividade e cuja divergência os argumentadores tematizam em torno de um assunto em questão» (cf. GRÁCIO, 2013, p. 47 ou GRÁCIO, 2012, p. 323).

² «Norma da argumentação objetiva» (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 34). No entanto, esta frase deve ser lida considerando esta outra: «O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal, e o estudo dessas variações seria muito instrutivo, pois nos faria conhecer o que os homens consideraram, no decorrer da história, *real, verdadeiro e objetivamente válido*.» (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 37).

³ Para uma desconstrução suposta neutralidade da noção de «análise», cf. Artigo intitulado «Retórica e objetividade» (GRÁCIO, 2014, retomado em GRÁCIO, 2016, p. 127-142).

⁴ Trata-se da passagem do discurso para um registo impessoal, tão bem ilustrada na seguinte passagem de o *Banquete* (201 c-d) de Platão: «AGÁTON: — Não sou capaz, caro Sócrates, de te contradizer. Contigo está a razão! SÓCRATES: — Tu não podes, caríssimo Agáton, contradizer a verdade. Contradizer a Sócrates não é difícil! (...)».

Assim — e apesar da sua incidência em unidades teóricas como «texto» e «discurso», e não, por exemplo, em unidades como «assunto em questão» ou «situação de argumentação» — a análise do discurso deve ser salientada na sua valia pela acuidade de leitura que fomenta, pelas capacidades interpretativas que incrementa e pelo aprofundamento crítico-analítico que estimula, isto para não referir as competências acrescidas que repercute em termos da composição textual e discursiva.

No entanto, penso que a análise do discurso não está vocacionada para potenciar o lado performativo (ligado a um «aqui e agora» profundamente situacional) das interações regidas por turnos de palavra e onde se realiza a crítica do discurso de um pelo discurso do outro⁵. Ou seja: onde assistimos à argumentação como desenrolar de uma interação entre pelo menos duas partes encarnadas por pessoas reais e na qual o jogo entre discurso e contradiscurso, bem como a interdependência discursiva (que significa que a interpretação do dizer de um não pode ser dissociado da pressão do dizer do outro), são essenciais. Para além disso, em tais performances, o pensamento é posto à prova sob os constrangimentos e no tempo útil do episódio comunicativo, não havendo grande espaço para análises aprofundadas⁶ (donde, em muitas circunstâncias, o observador exterior perceber estratégias, por parte de alguns dos intervenientes, como «ganhar tempo», «desviar-se da questão», «fugir ao assunto», etc.).

2. Ensino da argumentação e pensamento crítico

Uma das perguntas que me tenho colocado com persistência é a de saber se as práticas pedagógicas ligadas ao ensino da argumentação preparam realmente as pessoas para lidarem com situações de argumentação

⁵ Para a questão uma proposta de articulação entre discurso argumentado e interação argumentativa ver SIQUEIRA, 2016. Aí se mostra como a leitura e a análise podem potenciar também a dimensão interativa das situações de argumentação.

⁶ Situação assinalada por Tito Cardoso e Cunha e Américo de Sousa quando observam: «como seria caricato se uma situação argumentativa tivesse de ser interrompida a todo o tempo e vezes sem conta só para que os respetivos destinatários, munidos de lápis, se pudessem certificar da forma lógica de cada argumento, da sua validade formal, ou mesmo da sua plausibilidade» (2005: 1834-1835).

em que a dimensão de interação por turnos de palavra é fundamental. E o que tenho verificado é que, em termos europeus, ao contrário da tradição nos Estados Unidos da América, o ensino da argumentação ficou sempre muito apartado das práticas de debate. Centrada na língua, no discurso, no fenómeno da comunicação ou nos efeitos persuasivos, a tradição europeia parece privilegiar mais o estudo das construções elaboradas através de «meios verbais» do que o fenómeno de confronto de ideias e perspectivas, com a respetiva atenção à problematicidade subjacente (ou seja, ao que está em causa, ao que se está a discutir, em suma, ao assunto em questão com que as argumentações lidam e que procuram tematizar)⁷.

Ora, na minha opinião, o confronto de ideias e perspectivas é aquilo que mais plenamente encarna a noção de argumentação no seu dinamismo e — para retomar a tão difundida concepção «ferramenteira» das suas finalidades — parece-me tempo do ensino da argumentação, a par de todas as questões linguístico-discursivo-comunicacionais, se deve preocupar, antes de mais, em fornecer «ferramentas» que ajudem a lidar com questões de pensamento e que promovam as competências de pensamento *in media res*⁸. Penso, aliás, que um dos modos de forçar a problematização da teorização da argumentação é colocar a questão do seu ensino e é nessa direção que desenvolveremos o presente ensaio.

O que António Sérgio (1980) refere a propósito do ensino da filosofia aplica-se não só aqui como, no meu entendimento, delinea o horizonte apropriado a qualquer ensino com um cariz crítico, emancipatório e humanista. Vejamos as suas palavras:

Porque, não consiste a educação filosófica na adoção de umas tantas das opiniões de um filósofo, senão que no treino da atitude crítica, no exercício pessoal de um pensar autêntico, no uso metódico de um cepticismo activo, na prática da elucidação dos problemas

⁷ Veja-se, a este propósito a crítica que fiz ao padrão de argumentação de Toulmin (GRÁCIO, 2009, p. 27-29).

⁸ Como assinalai noutro local, a argumentação está «ligada à necessidade de nos orientarmos no pensamento, de nos movimentarmos através de caminhos por entre redes de distinções e de possibilidades (...) do que submetermos o discurso, os enunciados e as proposições a critérios de avaliação, como os da verdade e da falsidade, da aceitabilidade, da racionalidade ou da razoabilidade». (GRÁCIO, 2009, p. 148. Nesta obra propus também a analogia do caminho como modelo inspirador para pensar a argumentação (cf. p. 130 e ss).

básicos (...). Ao aprendiz de filósofo (ao jovem aprendiz, pretendo eu dizer, e na minha qualidade de aprendiz mais velho) rogo que não se apresse a adoptar soluções, que não leia obras de uma só escola ou tendência, que procure conhecer as argumentações de todos, e que queira tomar como primário escopo a singela façanha de compreender os problemas (...).

Deverá pois a iniciação filosófica assumir um carácter essencialmente crítico, e consistir num debate dos problemas básicos que não seja dominado pelo intuito dogmático de cerrar as portas às discussões ulteriores; e um bom professor do lidar filosófico é como um indivíduo que nos leciona a ginástica procedendo ele próprio como um bom ginasta, e obrigando-nos a nós a fazer ginástica; é quem nos ministra um trabalho crítico, um modelo de elucidação da faina de problemas (...). Repito: seja a filosofia para o aprendiz do filósofo, não uma pilha de conclusões adoptadas, e sim uma atividade de elucidação dos problemas. É esta actividade que realmente importa e não o aceitar e propagandear conclusões. (...) Pois que, (não nos cansemos de repetir) não é a filosofia uma colecção de dogmas que nos cumpre decorar e repetir aos outros (...).

Esta citação, ainda que referindo-se especificamente ao ensino da filosofia, realça sem dúvida o registo antidogmático inerente a uma imagem argumentativa do pensamento (cf. GRÁCIO, 2016, pp. 92-110) e pode, nesse sentido, ser generalizada como um princípio didático transversal a todo o ensino que não perde de vista o livre exame e o espírito crítico. Com efeito, pensa-se a partir da colocação de alternativas, lidando com elas, estabelecendo preferências e fazendo hierarquias entre algo que se opõe, que é incompatível ou que difere. Alain sintetizou esta ideia dizendo que «Pensar é dizer não»⁹, frase que aqui aproveito para

⁹ «Penser, c'est dire non. Remarquez que le signe du oui est d'un homme qui s'endort ; au contraire le réveil secoue la tête et dit non. Non à quoi ? Au monde, au tyran, au prêcheur ? Ce n'est que l'apparence. En tous ces cas-là, c'est à elle-même que la pensée dit non. Elle rompt l'heureux acquiescement. Elle se sépare d'elle-même. Elle combat contre elle-même. Il n'y a pas au monde d'autre combat. Ce qui fait que le monde me trompe par ses perspectives, ses brouillards, ses chocs détournés, c'est que je consens, c'est que je ne cherche pas autre chose. Et ce qui fait que le tyran est maître de moi, c'est que je respecte au lieu d'examiner. Même une doctrine vraie, elle tombe au faux par cette somnolence. C'est par croire que les hommes sont esclaves. Réfléchir, c'est nier ce que l'on croit. Qui croit ne sait même plus ce qu'il croit. Qui se contente de sa pensée ne pense plus rien».

«Pensar é dizer não. Notei que o sinal do sim é do homem que adormece; pelo contrário, o despertar sacode a cabeça e diz que não. Não a quem? Ao mundo, ao tirano, ao pregador? Só aparentemente. Em todos estes casos é a si mesmo que o pensamento diz não. Ele quebra a

ênfatar não só a importância fulcral do contradiscurso na geração de uma situação de argumentação, como também, para deixar explícito que considero que os fenômenos argumentativos não se limitam ao estudo dos «meios discursivos» mas caem, uma maneira mais essencial, sob a égide do conflito de perspectivas de pensamento em situação¹⁰.

Com efeito, se se subscrever a ideia nietzscheana segundo a qual «não existem factos, apenas interpretações» e, por conseguinte, se se professar o perspectivismo para o qual a realidade com que os humanos têm de lidar lhes chega sempre sob a forma de versões, então será plausível considerar que o conflito interpretativo é algo de inevitável e recorrente, que o recurso à argumentação é um procedimento apropriado para lidar com esse conflito e que a racionalidade retórica (uma racionalidade transaccional que têm o diálogo¹¹ na sua matriz) surge como o

concordância repouante. Separa-se de si mesmo. Combate contra si mesmo. Não há no mundo outro combate. É por eu consentir, por não procurar outra coisa, que o mundo me engana com as suas perspectivas, o seu nevoeiro, a sua confusão. Por respeitar, em vez de examinar, é que me torno escravo do tirano. Mesmo uma doutrina verdadeira cai em falso por causa da sonolência. É por acreditar que os homens são escravos. Refletir é negar o que se crê. Quem acredita não sabe sequer aquilo em que crê. Quem se contenta com o seu pensamento não pensa mais nada.» (ALAIN, 1985, pp. 351-352. Tradução nossa).

¹⁰ Assinalando-se aqui interdependências várias entre o verbal e o não-verbal. Recusando o determinismo linguístico (mas sem obviamente pôr em causa a importância da linguagem), Willard escreveu, com humor e incisividade: «Na Grécia antiga, os homens eram possuídos pelos deuses; na Idade Média eram possuídos por demónios e anjos; em tempos posteriores, eram possuídos por vapores e bilis; nos nossos dias, desde que ficou na moda fazer da linguagem o seu atributo mais fundamental, dizemos que homem está possuído pela linguagem». (1983, p. 63. Trad. minha). «In ancient Greece, man were possessed by gods; in the Middle Ages they were possessed by demons and angels; in later times they were possessed by vapors and bile; nowadays, since is faddish to make language man's most fundamental attribute, we say that man is possessão by language». O nosso ponto de vista teórico é o de que o discurso constitui uma materialidade essencial em argumentação, mas ele tem de se articular com todo um conjunto de elementos situacionais, nomeadamente de ordem simbólica, que sendo não-discursivos concorrem contudo para o estabelecimento de simetrias e assimetrias relacionais determinantes para a compreensão dos episódios de argumentação.

¹¹ «Sur le mot dialogue sont formés les deux adjectifs, dialogal et dialogique :

— l'adjectif dialogal renvoie au dialogue authentique, quotidien, ou naturel, entre deux ou plusieurs participants, dans une situation de face à face ;

— l'adjectif dialogique s'utilise pour désigner un ensemble de phénomènes correspondant à la mise en scène énonciative, dans la parole d'un locuteur unique, d'une situation de dialogue. Le locuteur lie des contenus sémantiques à des sources constituant une gamme de voix auxquelles le locuteur peut s'identifier ou non. [...]

On peut utiliser le mot dialogal pour couvrir à la fois le dialogal proprement dit, et le dialogique (polyphonique et intertextuel), afin de mettre l'accent sur un aspect fondamental de l'argumentation, celui d'articuler deux discours contradictoires.

pano de fundo onde as questões do raciocínio e do juízo se fundem com as questões da coexistência e do sentido (ou, como Perelman (1972) diria, onde as ideias de razão e de justiça se irmanam). Em suma, não se trata apenas de raciocinar, de discorrer e de influenciar. Trata-se de pensar, de discutir, de confrontar e de se posicionar. Ou, se quisermos retomar os termos de James Crosswhite (2003, p. 385), que em seguida citamos, trata-se de «controvérsia intelectual». Ora, nesta última, as próprias situações de dúvida e a necessidade de ponderação são fomentadoras da inteligência e, como sublinha o referido autor, há um potencial na argumentação retórica

«quer para melhorar o nosso entendimento da controvérsia intelectual, quer para participar nela. Se tivermos um mapa dos tipos de argumentos disponíveis num tipo particular de disputa, podemos ‘ver’ não só os caminhos que foram tomados numa argumentação como também aqueles que o não foram. Este ‘ver’ ocorre a muitos níveis de generalidade e nunca é automático. Não é por vermos os contornos gerais de uma região argumentativa que podemos imediatamente imaginar toda a argumentação específica que aí pode ocorrer. Ver alguma parte dela requer motivação, conhecimento, experiência, imaginação, simpatia e todo um conjunto de outras capacidades e virtudes intelectuais. Essa é a maior dificuldade educativa que enfrentam aqueles que ensinam os *topoi*. Contudo, os *topoi* podem funcionar com essas competências. Muito claramente, conhecer os caminhos de raciocínio não tomados, alarga a nossa perspectiva e incrementa, também, a esfera a partir da qual é possível desenhar os nossos próprios argumentos»¹² (Trad. minha).

«Acerca do vocábulo diálogo, ele dá origem a duas palavras: dialogal e dialógico: — o adjetivo dialogal remete para diálogo autêntico, quotidiano ou natural, entre dois ou mais participantes, numa situação face a face;

— o adjetivo dialógico é utilizado para indicar um conjunto de fenómenos correspondentes a uma encenação enunciativa, na fala de um locutor único, numa situação de diálogo. O locutor liga conteúdos semânticos a fontes que constituem uma gama de vozes com as quais o locutor se pode identificar ou não [...]

Podemos utilizar o termo dialogal para abarcar simultaneamente o dialogal propriamente dito, e o dialógico (polifónico e intertextual), salientando assim um dos aspetos fundamentais da argumentação, o de articular dois discursos contraditórios.» (Plantin, 2016, p. 323. Trad. minha).

¹² «This reading also shows the potential of a deep rhetoric for both improving our understanding of intellectual controversy and for participating in it. If one has a map of the kinds of arguments available in a particular kind of dispute, one can ‘see’ not only what routes have been

Neste sentido, e para retomar a questão das relações entre análise do discurso e argumentação, no momento em que apresenta a sua análise, o analista é também um argumentador e, naquilo que propõe, repercutem-se não apenas os pressupostos por ele assumidos (consciente ou inconscientemente), como também as suas próprias preferências interpretativas (geralmente associadas ao que seleciona como importante a salientar¹³) e, ainda, o auditório a que se dirige.

Colocado o assunto sob este prisma, no presente ensaio assume relevo não só a questão do potencial que as práticas argumentativas têm nos processos de apropriação reflexiva de conhecimento¹⁴ e de definição identitária como, também, as questões do ensino da argumentação. Disso que me ocuparei no ponto seguinte.

3. Reflexões propedêuticas sobre o ensino da argumentação

De acordo com Chaïm Perelman, a competência argumentativa não se relaciona apenas com a arte de falar eloquentemente, mas remete também para o laço indissociável entre eloquência, raciocínio discursivo e orientação argumentativa. Dito de outro modo: entre saber comunicar, discernimento reflexivo e manuseio das significações com vista a lidar com posicionamentos.

Quando interrogado, no debate que se segue ao texto «L'idéal de rationalité et la règle de justice», se estaria disposto a resumir as suas ideias na seguinte frase: «o acordo entre os que não pensam da mesma maneira só pode ser feito pela eloquência, isto é, uma persuasão conduzida

taken by an argument but also what routes have not. This “seeing” occurs at many levels of generality and is never automatic. Just because one sees the general outlines of an argumentative region does not mean that one can suddenly imagine all the specific argumentation that might occur within it. To see any at all requires motivation, knowledge, experience, imagination, sympathy, and a host of other abilities and intellectual virtues. This is the major educational difficulty faced by those who would teach the *topoi*. However, the *topoi* can work with such abilities. Very clearly, knowing the untaken routes of reasoning enlarges one's interpretive perspective and increases, too, the sphere from which one might draw one's own arguments».

¹³ A saliência é algo de importante do ponto de vista prático da comunicação: é ela que geralmente conduz os processos de compreensão e que evita o seu deslaçamento. Se a compreensão se começa a deslaçar, a tendência é para que ocorram mal entendidos ou mesmo incompreensão. Os processos de saliência ajudam, qual luz de um farol, a apontar a direção (Para as noções de saliência e de filtragem, propostas por Grize, cf. GRÁCIO, 2013, p. 72).

¹⁴ Tema desenvolvido de uma forma muito interessante em vários trabalhos de Selma Leitão.

e obtida por aquele que sabe falar», Perelman acrescenta: «E que sabe pensar. Para mim a argumentação é um uso da palavra inseparável do pensamento (...) o que eu queria dizer é que não se trata apenas de falar, trata-se de raciocinar» (PERELMAN, 1970, p. 306. Trad. minha)¹⁵.

Este parece-nos ser um bom ponto de partida para colocar a questão do ensino da argumentação. As competências linguístico-discursivo-comunicacionais são, sem dúvida, importantes para as práticas retórico-argumentativas. Saber analisar e expressar-se, de uma forma correta, clara, eloquente e adaptada ao auditório é uma competência base sem a qual a capacidade de argumentar se vê drasticamente restringida. O mesmo acontece, aliás, com o saber ouvir e interpretar a fala do outro de modo a corresponder-lhe e a conferir uma base realmente dialógica à interação. Não é por acaso que, tanto Martin Heidegger, como Hans-Georg Gadamer, avançaram a ideia segundo a qual, antes de ser uma arte de falar, a retórica é uma arte de ouvir¹⁶ (WU, 2013) e que Henry Johnstone Jr. (2007, p. 24) se lhe referiu como «uma espécie de cunha, tal como uma espécie de ponte e a retórica é a técnica de colocar uma cunha entre a pessoa e os dados da sua experiência imediata», ou seja, algo que a torna disponível para a escuta de argumentos e, desse modo, convoca a ordem do pensamento, da reflexão e do raciocínio. Também Toulmin, Rieke & Janik (1984, p. 14) referiram a abertura à escuta dos argumentos como um traço distintivo da racionalidade humana. Neste sentido escreveram que:

[...] qualquer pessoa que participa numa argumentação mostra a sua racionalidade, ou a falta dela, através da forma como lida e responde à oferta de razões a favor ou contra as teses. Se for 'aberto aos argumentos', ela reconhecerá a força das razões ou procurará replicar-lhes, lidando com elas, em qualquer dos casos, de uma forma 'racional'. Se for 'surdo aos argumentos', pelo contrário, poderá ignorar razões contrárias ou responder-lhes com as-

¹⁵ «(...) l'accord entre ceux qui ne pensent pas de la même façon ne peut se faire que par l'éloquence, c'est-à-dire, conduite et obtenue par celui qui sait parler». «Et qui sait penser. Pour moi l'argumentation est un usage de la parole inséparable de celui de la pensée. (...) ce que je voulais dire c'est qu'il ne s'agit pas seulement de parler, il s'agit de raisonner».

¹⁶ Para um desenvolvimento deste tema ver WU, 2013, pp. 507-519.

serções dogmáticas, falhando, qualquer dos casos, em lidar com os assuntos ‘racionalmente’ (Trad. minha)¹⁷.

Ora, este é um aspeto relevante que desafia a limitação do foco do ensino da argumentação aos planos do expressivo, do composicional e do linguístico, apontando para uma dimensão de interação efetuada por turnos de palavra e para a crítica do discurso de um pelo discurso do outro, na qual a questão do ouvir e do posicionar-se perante o posicionamento do outro é fulcral.

Com efeito, uma coisa são os discursos postos a circular e a produzirem efeitos comunicativos das mais variadas espécies¹⁸; outra são os discursos produzidos no contexto confrontacional de uma interação organizada dialogicamente por turnos de palavra¹⁹. Neste último caso a compreensão do episódio comunicativo deve ser realizada tendo em consideração a dinâmica tensional que faz com que os diversos posicionamentos sejam essencialmente *interdependentes*, isto é, surjam *simultaneamente* como resposta contextualizada ao assunto em questão e como resposta ao discurso do outro. Sobre um mesmo assunto é frequente argumentarmos de maneira diferente perante interlocutores diferentes

¹⁷ «Anyone participating in an argument shows his *rationality*, or the lack of it, by the manner in which he handles and responds to the offering of reasons for or against claims. If he is ‘open to argument’, he will either acknowledge the force of those reasons or seek to reply to them, and either way he will deal with them in a ‘rational’ manner. If he is ‘deaf to argument’, by contrast, he may either ignore contrary reasons or reply to them with dogmatic assertions, and either way he fails to deal with issues ‘rationally’». Sobre o tema da racionalidade argumentativa (na perspetiva de Perelman, ver GRÁCIO, 1993 e sobre o tema da racionalidade retórica ver GRÁCIO, 1998).

¹⁸ Chamando-se frequentemente — por exemplo na análise do discurso — argumentos, ou estratégias argumentativas aos desencadeadores verbais desses efeitos. Contudo — e esta é a tese que defendemos — a existência de argumentos não basta para configurar uma situação de argumentação.

¹⁹ É neste sentido que Gilbert (1997: 104-105) escreve: «um comercial televisivo, por exemplo, envolve a transferência de informação num sentido único, portanto a sua consideração como uma argumentação depende de permitirmos a unilateralidade. Na medida em que as trocas envolvem normalmente duas partes, cada uma das quais recebe e dá algo, um comercial não será uma argumentação» (Trad. minha). «A television commecrial, for example, involves a one-way impartation of information, so its identification as an argument depends on allowing on-sidedness. Insofar as exchange normal envolve two parties, each of whom receive something and each of whom give something, a comercial would not be an argument».

que apresentam diferentes formas de tematizar os assuntos e de se posicionar. Isso significa que muito frequentemente a nossa forma de argumentar — para além de todos os constrangimentos de ordem sócio-institucional — é também moldada pelo modo de argumentar daqueles com os quais nos correspondemos.

Deste modo, é a própria dinâmica tensional da interação argumentativa que opera o deslocamento de um registo ontológico puro (*ad rem*) para um registo que não se pode separar do retórico e do antropológico (*ad hominem*)²⁰. É também por esta via que se pode perceber a ideia de que a estratégia é inerente às interações retórico-argumentativas. Nestas lidamos com caminhos possíveis em que o mero plano analítico-formal do raciocínio se afigura insuficiente para determinar os resultados da interação, uma vez que não há nem uma estabilidade linear quanto aos pontos de partida²¹, nem regras estabelecidas *a priori* que não possam ser questionadas ou ajustadas na sua aplicação ao caso concreto²². Por outro lado, a situação de argumentação típica não é a de lidarmos com um conjunto definido de conceitos e de noções, mas o de existirem pelo menos dois conjuntos que entre si conflituam.

Na realidade, a existência de preferências baseadas em valores por vezes conflituais, de escolhas assentes em opções sobre o que é melhor ou pior, bem como de colocações determinadas pragmaticamente pelo que se considera preferível dentro do possível de cada caso particular, faz com que a estabilidade exigida pelos sistemas formais, com os seus inquestionados e inquestionáveis, não funcione no plano retórico. Aliás, este limite à linearidade analítica no que diz respeito a lidar com questões de sentido em termos necessidade — algo que aparece sempre, como uma espécie de zona cinzenta, quando se trata de aplicar esquemas

²⁰ Escreve Michel Meyer: «em retórica, nunca existe *ad rem* puro» (Meyer, 2008: 109). Por seu turno, Henry Johnstone Jr. considera que toda a argumentação filosófica é *ad hominem*, na medida em que a contra-argumentação deve ser feita tendo também em conta os termos com que o oponente argumenta.

²¹ Como notou Perelman (2018, p. 25), numa argumentação o ponto de partida nunca está assegurado: «deve ser admitido pelo auditório que se quer persuadir ou convencer pelo discurso».

²² Poderíamos dizer que, no campo da argumentação, o plano lógico-formal dos raciocínios não se basta a si próprio, uma vez que estes são sempre desenvolvidos a partir do registo mais amplo das perspetivas.

abstratos a situações concretas e particulares — permite compreender, *a contrario*, o cunho humanista da retórica, a qual remete para a liberdade humana de questionar, de praticar o pensamento hipotético, de lidar com o alternativo, plural e controverso, de procurar inventar e ajustar as regras apropriadas para cada caso. Ciência do particular e do mais ou menos (cf. Angenot, 2018, pp. 85-102), a retórica não tem vocação para o universal nem para a construção do certo.

Argumentamos quando *temos* de lidar com o multidimensional, o múltiplo e o complexo. Com aquilo que, tendo várias dimensões, precisa de ser hierarquizado, pesado, refletido e ponderado. Resolvemos muitas das situações em termos de «sim» ou «não» e, para isso, a inferência lógica e a orientação argumentativa prestam-nos bons serviços. Nada como ser lógico ou orientar para a resposta em certas ocasiões. Mas quando matizamos de escalas graduadas as possibilidades entre o «sim» e o «não», então os raciocínios e orientações feitos a partir de *dados* têm de ser substituídos por *considerações* a partir de *escolhas*, o que já vai na implicar a subjetividade e a liberdade de selecionar para argumentar uma posição.

Mas, como referimos atrás, se as competências linguístico-discursivo-comunicacionais — agora consideradas de um forma *bilateral* e *dinâmica* pelo realce da importância conferida ao ouvido e aos turnos de palavra — são importantes, o saber pensar é também decisivo e remete-nos para um plano filosófico do qual a argumentação não deve ser dissociada, a não ser que a queiramos ver redutora e abstratamente como um conjunto de técnicas prontas a usar para produzir determinados efeitos de influência. Por outro lado, do nosso ponto de vista a retórica tem, por si só, uma conexão com a ética, com dizermos quem somos e onde queremos estar²³ e com o vivermos uns com os outros de uma forma inteligente e respeitosa.

Por conseguinte, quando refletimos sobre o ensino da argumentação podemos dizer que é importante perceber e dominar o funcionamento e os poderes da linguagem do ponto de vista linguístico-discursivo-co-

²³ Será curioso relembrar, a este propósito, que quando Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 477) falam da técnica de dissociação de noções, não consideram que esta seja algo de puramente verbal: «A dissociação exprime uma visão do mundo, estabelece hierarquias, cujos critérios se esforça por fornecer».

municipacional mas ainda mais importante é a forma como através dele o pensamento crítico — ou seja, que pensa no registo do alternativo, faz emergir a problematicidade e suscita reflexão — é posto em ação²⁴. É por essa razão que o estudo da argumentação se revela como lacunar se for apartado da teoria do debate, embora haja que dizer que a teoria da argumentação não se esgota na teoria do debate. Pense-se, a este respeito, em todas as teorizações que indiciem nos discursos argumentados monológicos e se focam na argumentatividade discursiva²⁵.

Diferentemente de uma visão monológica do pensamento (em que certamente estarão presentes traços de dialogismo), de um pensar por e para si mesmo — ideias que frequentemente associamos ao processo de formação de opinião e de tomada de posição²⁶ —, a argumentação remete para o plano dialógico, começando pela exposição e pela sujeição das opiniões e dos posicionamentos de cada um à avaliação dos outros e consumando-se através de uma dinâmica confrontacional de aprofundamento efetivo das divergências quanto ao modo de perspetivar os assuntos em questão²⁷. Norteamos-nos pelo preferível e, num processo de aferição dos retornos, procuramos levar a afirmação dos nossos pontos de vista preferenciais tão longe quanto possível sem excluir a sua eventual revisão. Tentamos fazer com que a interação tenda para a nossa perspectiva, mas esta tentativa implica atenção ao desenrolar dos turnos de palavra para vermos até onde podemos ir tendo em conta o espaço do interlocutor e a pressão do seu discurso.

O confronto pode adquirir uma dimensão mais cooperativa ou mais competitiva, consoante os intervenientes, as situações e as finalidades da interação, mas convém lembrar que, mesmo em argumentações com um

²⁴ De acordo com Selma Leitão (2012, p. pp. 25 e 26), «dois processos epistêmicos são apontados como específicos e inerentes à argumentação: a revisão de perspectiva e o pensamento reflexivo», afirmando ainda a pesquisadora que «pensar criticamente, por sua vez, depende substancialmente da capacidade humana de reconhecer diferentes pontos de vista a partir dos quais um problema (tema, situação) pode ser abordado, e ‘pesar’ criteriosamente a força e a fragilidade de cada possibilidade».

²⁵ Para a explicitação da distinção entre argumentação e argumentatividade, cf. GRÁCIO, 2016.

²⁶ É importante assinalar aqui que se a «deliberação íntima» remete para uma imagem argumentativa do pensamento, ela não se confunde, na nossa perspetiva, com a uma situação de argumentação: a simulação imaginativa não se deve confundir, em prol do rigor descritivo, com o confronto real, concreto e situacional, entre dois argumentadores.

²⁷ Ora, este parece-me ser um aspeto algo negligenciado pela perspetiva que a análise do discurso tem da argumentação.

desfecho resolutivo (decisão), nas quais há alguém que é declarado vencedor e alguém é declarado vencido, razões vencidas não deixam de ser razões, a não ser para quem quiser tudo submeter à alternativa do verdadeiro e do falso, o que, todavia, nos colocaria fora do campo da argumentação retórica, no qual se tem de lidar com intensidades variáveis, hierarquização de valores e escolhas ponderadas multidimensionalmente.

Lembremos, de novo, que mesmo quando se trata de aplicar regras estabelecidas a situações concretas (como acontece paradigmaticamente no direito), há muito frequentemente uma zona cinzenta que permite não só discutir as questões da factualidade como, também, enquadrar os assuntos segundo perspectivas que se opõem entre si. Mesmo em situações apresentadas no binário do preto e branco, chegados à intervenção humana (onde há subjetividades em interação) logo surgem escalas de intensidade, os números inteiros tornam-se decimais e as questões do mais ou menos, do melhor e do pior e das prioridades, logo aparecem. Talvez esta seja uma fórmula que os humanos arranjaram para lidarem com a incerteza: quando aflitos, atêm-se dogmaticamente à ordem das certezas para, na prática, e ainda que secretamente saibam que «as coisas nunca são o parecem», não perderem a esperança no sentido.

Mas, voltemos à questão do ensino da argumentação. Uma das assunções principais de que se deve partir é a de que estamos perante um campo multidimensional que se articula com cada pessoa de uma forma simultaneamente integral e individual. Significa isso que o seu ensino nunca se pode reduzir a técnicas suprapessoais, à compreensão de mecanismos abstractos, ao entendimento de estratégias ou a funcionamentos linguísticos ou mesmo lingüísticos. É claro que tudo isso é importante, mas as dinâmicas argumentativas são profundamente plásticas, processuais, situacionais e nelas está presente a liberdade e a responsabilidade de se posicionar e de seleccionar o que se considera apropriado para cada situação. É também por isso que, como salientou a tradição retórica, o carácter, enquanto revelador da pessoa e do seu ethos, é uma dimensão essencial nas transações argumentativas.

É importante não esquecer que a argumentação é uma subespécie de comunicação e, como alertou Brockriede (2018, p. 15), é importante «decidir se a argumentação é uma perspectiva útil a adotar no estudo de um ato comunicativo». A este respeito torna-se útil diferenciar dois re-

gistas discursivos no que concerne às trocas verbais e que são relevantes para definir uma situação de argumentação: a dimensão da conversação (ou troca de impressões) e a dimensão do debate.

Embora na prática os planos sejam difíceis de distinguir, a troca de impressões (conversação) é algo de diferente do debate. No primeiro há uma colheita de informações, um aferir do que se pensa (nós e os outros), um sondar do que circula socialmente²⁸ e uma certa espontaneidade informal²⁹. Numa troca de impressões o confronto explícito não é geralmente tematizado — é, aliás, geralmente, evitado³⁰ — embora certamente existam afloramentos argumentativos³¹. No debate está em causa uma confrontação e, em muitos casos, a finalidade de proceder a uma tomada de decisão. É no entanto verdade que os constrangimentos sócio-institucionais impedem frequentemente o caminho do debate (as relações de poder e a autoridade vedam frequentemente a possibilidade e por em causa e de discutir), fazendo emergir um o registo conversacional no qual o confronto é evitado em favor da polidez. Esta é, aliás, uma das razões pelas quais defendemos que as situações de argumentação não são tão vulgares quanto os seus teorizadores geralmente apregoam. A maior parte das vezes as pessoas não estão para discutir os assuntos, tentando, através da atenção aos afloramentos argumentativos, contornar situações de choque frontal. A própria disponibilidade para entrar na discussão de assuntos depende muito do interesse, dos conhecimentos e das competências que as pessoas acham que têm para o fazer e é frequente ouvir-se a frase:

²⁸ Podemos fazer isso de muitas formas, desde em conversas no café com outras pessoas até à leitura de jornais ou assistindo televisão.

²⁹ Poderíamos dizer que neste tipo de interação é mais acentuada a componente expressiva de quem gosta de falar do que a dimensão mais assertiva de quem pretende argumentar a sua posição.

³⁰ Note-se que é até habitual pedir-se desculpa por discordar, o que significa que, no quadro da polidez da convivialidade social há uma tendência para o acordo e o consenso.

³¹ Ou seja, momentos em que são registados eventuais pontos de desacordo que, no entanto, não são tematizados explicitamente e ficam na esfera da opinião de cada um. Poderíamos dizer de outra maneira: a argumentatividade inerente ao dizer prefigura ou indicia posicionamentos sem que estes tenham necessariamente de ser explicitados ou mesmo assumidos pelo falante. Ducrot (1991, p. 12) colocou esta questão em termos do problema do implícito: «o problema geral do implícito (...) é o de saber como é que se pode dizer algo sem contudo aceitar a responsabilidade de o ter dito, o que significa beneficiar simultaneamente da eficácia da palavra e da inocência do silêncio» (Trad. minha). «Le problème général de l'implicite (...) est de savoir comment on peut dire quelque chose sans accepter la responsabilité de l'avoir dit, ce qui revient à bénéficier à la fois de l'efficacité de la parole et de l'innocence du silence».

«não quero entrar em discussões». Na realidade, há muitos caminhos, que não o da interação argumentativa, para realizar pretensões; há muito modos de resolver situações apesar daquilo que os outros poderão pensar e dizer e, até, sem precisar de discutir com eles³².

Para além do mais, faz parte da retoricidade da linguagem a possibilidade de dizer sem ter que afirmar, ou de recusar sem ter negar (ou seja, sem assumir explicitamente uma posição), como bem exemplificou Michel Meyer (1994, pp. 69-70):

[...] a mulher sabe que tal homem procura seduzi-la e que o que ele lhe diz remete na realidade para um desejo que seria brutal e inaceitável exprimir francamente. O espectador sabe igualmente que este ou aquele produto não tem forçosamente as qualidades celebradas na publicidade e que é apenas a vontade de vender que se exprime. A mesma coisa para o político, aparentemente preocupado com o bem-estar dos eleitores. (...) Não existirá na sedução, qualquer que ela seja, uma etapa suplementar que, retardando a resposta final, retarda a recusa eventual e, portanto, a rejeição de outrem enquanto tal? Não existe como que uma espécie de delicadeza de alma na figuratividade, um respeito que permite evitar sem combater, recusar sem negar? Tudo leva a crer que a manipulação consentida assenta numa dupla linguagem que engana e não engana, e mesmo de que se tem necessidade para diferir a decisão própria sem ter de enfrentar diretamente o outro. Um grau mais de liberdade, se se quiser, na qual só os ingénuos verão uma traição à verdade una e indivisível, de que os recetores da mensagem seriam vítimas involuntárias.

³² Tal como também há meios retóricos para incentivar o outro a entrar numa situação de argumentação. Segundo Jean Goodwin (2002, p. 88) podemos falar de incentivos à argumentação: «os incentivos podem ser geralmente categorizados como cenouras ou varas. Oferecendo cenouras, o argumentador tentará fazer o seu interlocutor *querer* fazer uma questão do assunto; o assunto em questão aparecerá como desejável, atrativo ou do interesse do outro. Ameaçando com a vara, o argumentador tentará fazer com que o outro *tenha de* fazer disso um assunto em questão; este aparecerá como algo a que o outro foi obrigado, ou forçado pelas circunstâncias, a encarar — ou, se não a encarar, pelo menos a tentar *esquivar*, *evitar*, *evadir* ou *contornar*» (Trad. minha). «Inducements can generally be categorized as carrots or sticks. By offering carrots, the arguer would try to make her interlocutor *want* to make an issue of the matter; the issue would appear desirable, attractive or in the other's interest. By threatening sticks, the arguer would try to make the other *have to* make an issue of it; the issue would appear to be something the other was obligated, or forced by circumstances, to address — or if not address, at least attempt to *duck*, *avoid*, *evade* or *skate over*».

É precisamente por considerar que as situações de argumentação não são tão banais e óbvias como se diz (a argumentação é, com efeito, uma sub-espécie de comunicação) e, ainda, por nelas ser fundamental a questão das assimetrias relacionais-situacionais e a focalização do assunto em questão³³ que subscrevo a posição de Michel Meyer (2005, p. 15)³⁴ no que diz respeito às relações entre argumentação e retórica, ou seja, «a argumentação apresenta uma especificidade inegável que, fazendo parte da retórica, *não convém identificar nem opor a esta*».

4. Para concluir

No presente ensaio apresentámos as relações entre análise do discurso e argumentação de uma forma contrária à ideia vulgarizada segundo a qual o estudo da argumentação cai sob a alçada da análise do discurso. Afirmamos, com efeito, que se a argumentação implica pensamento perspetivado, então todos os aspirantes ao estatuto de objetividade não escapam a este perspetivismo. Assim sendo, tudo o que se apresenta como um «em última análise» poderá gozar de uma legitimação sócio-institucional e, nesse sentido, permanecer indiscutido mas, nem por isso, é indiscutível, como aliás refere a epígrafe que selecionei para o presente trabalho.

Lidar com a incerteza de uma forma crítica, compreender a diversidade dos caminhos possíveis, perceber a dimensão de escolha e de posicionamento inerente à seleção dos caminhos tomados, assumir a responsabilidade identitária que decorre das nossas assunções, perceber as exigências performativas das situações de argumentação, ser capaz de ponderar multidimensionalmente e de lidar com o múltiplo, o controverso e o alternativo — eis algumas linhas fundamentais que associei ao ensino da argumentação que, a meu ver, permanecerá sempre muito parcial e num registo excessivamente académico se não assumir (e retornar) às bases filosóficas e, mais especificamente, a uma antropologia retórica na qual a finitude e a exposição à problematicidade são o

³³ Como assinalou Michel Mayer (2015, p. 16), «em argumentação, todo o esforço de concentração incide *sobre a questão* e não sobre a distância que ela traduz: debatemos, discutimos uma questão e é ela que determina o *raciocínio a seguir*» (itálico nosso).

³⁴ Ver também, MEYER, 2018, p. 167-171.

que melhor aferem a condição humana. Henry Johnstone Jr. (2018, p. 41) deu, há muito, a pista essencial quando falou de uma «natureza argumentativa do homem» sem a qual, concluía, «ele não poderia ser homem».

Estas bases filosóficas da argumentação não devem ser negligenciadas em detrimento de recortes disciplinares académicos tantas vezes com efeitos redutores e estéreis. Ora, se for possível ter presente na constelação intelectual, não só as ideias de que o homem é um ser de linguagem e que a argumentatividade é inerente ao discurso³⁵ mas, também, a de que a sociabilidade humana não pode ser dissociada do sentido de justiça e do exercício da liberdade quanto a posicionar-se, então talvez a teorização da argumentação possa voltar a ganhar um sentido existencial que, nos nossos dias tão negligenciado tem sido em detrimento do estudo dos «meios», dos «procedimentos», das «estratégias», enfim, de «técnicas» que só são verdadeiramente interessantes se forem compreendidas no quadro da plasticidade imaginativa e criativa do pensar dos humanos — que, certamente, cada um pode desenvolver — quando confrontado com a problematicidade³⁶.

Referências bibliográficas

- ALAIN. *Propos sur les pouvoirs. Éléments d'Éthique Politique*. Paris: Gallimard, 1985.
- AMOSSY, Ruth. Introduction : la dimension argumentative du discours - enjeux théoriques et pratiques. *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 20 | 2018, mis en ligne le 15 avril 2018, consulté le 16 avril 2018. URL : <http://journals.openedition.org/aad/2560> ; DOI : 10.4000/aad.2560
- ANGENOT, Marc. A retórica da argumentação como ciência do mais ou menos. In GRÁCIO, R. A. & OLÍMPIO-FERREIRA, M., *Contingência, incerteza e prudência: caminhos da retórica e da argumentação*, Coimbra, Grácio Editor, 2018, pp. 87-104.
- CONLEY, Thomas. What Jokes Can Tell Us About Arguments. In JOST, W., OLMSTED, W. (Ed) (2003), *A Companion To Rhetoric and Rhetorical Criticism*. Blackwell Publishing, 2003.

³⁵ Coloca setas que orientam e assinalam a exposição humana à questão do sentido e à problematicidade que lhe é inerente..

³⁶ Não era afinal Cícero quem definia «argumento» como «algo de provável inventado para criar confiança» (probabile inventium ad faciendam fidem)? (Apud, Conley, 2003: 267).

- CROSSWHITE, James. Rhetoric in the Wilderness: The Deep Rhetoric of the Late Twentieth Century. In Jost, Walter & Olmsted, Wendy (eds). *A Companion to Rhetoric and Rhetorical Criticism*. Blackwell Publishing, 2003.
- CUNHA, T. C., SOUSA, A.. A racionalidade retórica. In FIDALGO, A., RAMOS, F., OLIVEIRA, J. P. & MEALHA, Ó.. *Livro de Actas do 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 4º SOPCOM*. Comissão Editorial da Universidade de Aveiro: Aveiro, 2005, pp. 1828-1836.
- DUCROT, O.. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1991.
- GILBERT, Michael A.. *Coalescent Argumentation*. New Jersey: Laurence Erlbaum Associate Publishers, 1997.
- GOODWIN, Jean. Designing Issues, In VAN EEMEREN, F. H. & HOUTLOUSSER, P. (Eds). *Dialectic and Rhetoric. The Warp and Woof Argumentation Analysis*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2020, pp. 81-96.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. *Racionalidade Argumentativa*. Porto: Edições ASA, 1993.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. *Consequências da Retórica*. Para uma revalorização do múltiplo e do controverso. Coimbra: Pé de Página Editores, 1998.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. *Discursividade e perspectivas. Questões de Argumentação*. Coimbra: Grácio Editor, 2009.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. *Vocabulário Crítico de Argumentação*. Coimbra: Grácio Editor, 2013.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. Retórica e objetividade. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.6, pp. 171-184, jun. 2014.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. *A argumentação na interação*. Coimbra: Grácio Editor, 2016.
- JOHNSTONE JR., Henry. Algumas reflexões sobre a argumentação. In GRÁCIO, R. A. & OLÍMPIO-FERREIRA, M., *Contingência, incerteza e prudência: caminhos da retórica e da argumentação*. Coimbra: Grácio Editor, 2018, pp. 29-41.
- JOHNSTONE, H. W. Jr.. The Philosophical Basis of Rhetoric. In HAUSER, G. A. (Ed.), *Philosophy an Rhetoric in Dialogue. Redrawing their Intellectual Landscape*. Pennsylvania: The Pennsylvania Sate University Press, 2007 pp. 15-26.
- LEITÃO, Selma. O trabalho com argumentação em ambientes de ensino-aprendizagem: um desafio persistente. *Uni-pluri/versidade*, vol. 12, n.º 3, 2012, pp. 23-37.
- MEYER, Michel. As bases da retórica. In CARRILHO, M. M.^a, (Org.), *Retórica e Comunicação*. Porto: Edições ASA, 1994.
- MEYER, Michel. *Qu'est-ce que l'argumentation?*. Paris: Vrin, 2005.
- MEYER, Michel. *Principia Rhetorica. Une théorie générale de l'argumentation*. Paris: Fayard, 2008.
- MEYER, Michel. Como repensar as relações entre a retórica e a argumentação?. In GRÁCIO, R. A. & OLÍMPIO-FERREIRA, M., *Contingência, incerteza e prudência: caminhos da retórica e da argumentação*. Coimbra: Grácio Editor, 2018, pp. 167-173.
- MORIN, Edgar. *As grandes questões do nosso tempo*. Lisboa: Editorial Notícias, 6ª ed, 1999.
- PERELMAN, Chaïm. *Le Champ de L'Argumentation*. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1970.
- PERELMAN, Chaïm. *Justice et Raison*. Bruxelles: 2e éd., Éditions de l'Université Libre de Bruxelles, 1972.

- PERELMAN, Chaïm. Lógica formal e lógica informal. In GRÁCIO, R. A. & OLÍMPIO-FERREIRA, M., **Contingência, incerteza e prudência: caminhos da retórica e da argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2018, pp. 21-28.
- PERELMAN Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação. A nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PLANTIN, Christian. **Dictionnaire de l'argumentation. Une introduction aux études d'argumentation**. Lyon : ENS Éditions, 2016.
- SÉRGIO, António. Prefácio à tradução do livro de Russell, **Os problemas da filosofia**. Coimbra: Arménio Amado, Editor, Sucessor, 4ª ed, 1980, pp. 6-24.
- SIQUEIRA, Beatriz Pinto. A complementaridade entre discurso argumentado e interação argumentativa. O caso da articulação ficção/realidade na obra *Henry Potter*. In GRÁCIO, Rui Alexandre (Org.). **Discursos Análises e Contradiscursos**. Poderes da Argumentação. Coimbra: Grácio Editor, 2016, pp. 33-47.
- TOULMIN, RIEKE & JANIK. **An Introduction to Reasoning**. NY: 2.ª ed., Macmillan Publishing Company, 1984.
- WILLARD, C. A.. **Argumentation and the Social Grounds of Knowledge**. Alabama: The University of Alabama Press, 1983.
- WU, Roberto. A fenomenologia da coexistência entre a retórica e a hermenêutica. In Carvalho, Marcelo & Figueiredo, Vinícius, **Filosofia contemporânea: fenomenologia**. São Paulo: ANPOF, 2013, pp. 507-519.